

UM FARDO PECULIAR DE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Josemara Henrique da Silva PESSANHA*

- RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os resultados de uma pesquisa realizada junto a policiais militares que atuam na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma investigação, cujo propósito foi refletir sobre a possível relação entre o processo de trabalho policial e a saúde do mesmo. O estudo apontou que os militares encontram inúmeras dificuldades para exercer seu trabalho, gerando um grau de insatisfação profissional. A consequência deste fato indica o elevado nível de estresse relacionado a questões da própria organização e condições de trabalho policial.
- PALAVRAS CHAVE: estresse. policial militar. saúde. trabalho.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No atual cenário brasileiro, a segurança pública vem se tornando alvo de discussões e questionamentos. Trata-se de um assunto relacionado diretamente a uma realidade vivenciada pela sociedade: o visível aumento da violência e da criminalidade nos últimos anos.

Introduzidos neste contexto estão os policiais militares, profissionais responsáveis por assegurar a execução da política de segurança pública. Todavia, observa-se que os veículos de comunicação relatam a atuação dos mesmos, ora como “mocinhos” no combate ao crime, ora como “bandidos” em ações de caráter violento e autoritário.

Neste caso, percebe-se que esta categoria profissional encontra-se bastante vulnerável às pressões da opinião pública e também as constantes situações de tensão e perigo vivenciadas durante a realização de seu trabalho cotidiano.

Além de traçar estratégias para enfrentamento a estas questões inerentes a profissão, os policiais militares executam seu trabalho ao tom de um alto rigor prescritivo, ou seja, num regime de disciplina e vigilância permanente.

* Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense da UFF, campus Campos-Guarus
Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 279-305, 2009

Para entender melhor como é realizado este trabalho policial e, mais objetivamente, qual a possível relação existente entre o processo de trabalho e a saúde deste trabalhador, foi realizada uma pesquisa com policiais militares que atuam na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Nesta investigação, a amostra escolhida foi dirigida àqueles militares que executavam o policiamento ostensivo através do patrulhamento tático motorizado (PATAMO), patrulhamento motorizado especial (PAMESP) e no rádio-patrulhamento (RP).

A delimitação destes sujeitos está relacionada ao fato de serem profissionais diretamente envolvidos no “trabalho de rua”, exercendo suas atividades em locais públicos. Este tipo de policiamento tem caráter preventivo (quando necessário, repressivo), através da observação e fiscalização.

Com o propósito de realizar uma pesquisa quanti-qualitativa, foram selecionados alguns critérios metodológicos: *investigação documental; *realização de entrevistas com os profissionais de saúde lotados no batalhão que prestava atendimento aos pesquisados; *aplicação de questionários com os militares acima mencionados e; *realização de entrevistas com policiais reformados (inativos).

Tendo em vista a dinâmica do Batalhão escolhido para a realização deste estudo, a pesquisa de campo junto aos policiais militares ocorreu durante os intervalos de troca de escala de serviço, onde foram aplicados os questionários. Após a passagem por todas as equipes escaladas chegamos à seguinte constatação numérica:

Tabela I: Distribuição de questionários na pesquisa de campo

Questionários	Quant.	%
DISTRIBUÍDOS	121	100,0
DEVOLVIDOS	66	54,5
VÁLIDOS	57	47,1

Na finalização da coleta de dados, obteve-se acesso ao DIP (Departamento de Inativos e Pensionistas) que funciona no próprio batalhão pesquisado. Considerou-se válido entrevistar

alguns policiais que se encontravam “reformados” ou “inativos”, na tentativa de ouvi-los e saber de suas experiências profissionais na polícia militar, dando enfoque para questões sobre condições de saúde e trabalho e possíveis sugestões de melhorias para os que estão na ativa.

Os passos que se seguiram aprofundou o conhecimento sobre tal realidade, pois, assim como Baptista (1994, p.22-23) entende-se que este processo ocorre em “um *continuum* com associações, dissociações, construções nas próprias interpretações, procurando compreender a causalidade, a realidade e o mundo”. Neste caso, a preocupação girou em torno dos sujeitos envolvidos, reconhecendo seus valores, suas falas, suas crenças e os significados que atribuíram a situações vividas.

PERFIL MILITAR E PARTICULARIDADES DO TRABALHO POLICIAL

Os policiais militares que participaram da pesquisa realizavam em comum o mesmo tipo de atividade, ou seja, o policiamento ostensivo. Devidamente fardados, atuavam em locais públicos, sendo necessária uma postura vigilante, tentando coibir a ação de infratores e evitando a ocorrência de atos delituosos.

Dentre os participantes nesta pesquisa, 100% são do sexo masculino. A faixa etária variou, sendo que entre 30 e 39 anos encontrou-se 66,7% dos pesquisados, 26,3% entre 18 e 29 anos e apenas 7% apresentavam-se entre 40 e 49 anos.

Quanto à escolaridade, 66,67% cursaram o nível médio completo, enquanto 8,77% possuíam o nível médio incompleto, outros 21,05% estavam cursando o nível superior e 3,51% já concluíram este último.

No que se refere ao estado civil, a grande maioria encontrava-se casado (61%) ou convivendo com parceiro conjugal (25%), enquanto outros apresentaram a seguinte situação: 7% estavam separados/divorciados; 5% estavam solteiros e 2% não responderam.

Sobre a renda individual dos entrevistados, identificou-se que a faixa salarial pode sofrer alterações de acordo com determinados motivos específicos. O cargo exercido atualmente na PMERJ, a comprovação de sua situação conjugal (se for casado e possuir filhos), os triênios, a realização de outros tipos de

atividades remuneradas nos horários de folga do trabalho policial, entre outros casos, são situações que podem provocar variações na renda encontrada, onde 87,72% responderam que sua renda individual corresponde de 2 a 4 salários mínimos, 7,02% recebia de 4 a 5 salários mínimos, 3,51% de 5 a 6 salários mínimos e apenas 1,75% possuíam renda superior a 6 salários mínimos.

Além destas características pessoais dos pesquisados, tornou-se importante tecer um aprofundamento sobre questões referente ao processo de trabalho policial: seu ingresso na polícia militar, modos de atuação, dificuldades encontradas, escalas de trabalho, cursos de formação, entre outras, que procurou-se discutir em busca de seus supostos significados.

Para analisar o trabalho policial é necessário primeiramente expor que conceito de trabalho estará embasando as reflexões. Entendemos que a perspectiva apontada por Marx (1983, p.50) em seu livro *O Capital* considera o trabalho como

uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Neste sentido atribuído pelo autor, na vida cotidiana o homem produz e reproduz, cria e renova suas próprias condições através do trabalho, tornando-se ser social. Sua capacidade teleológica o permite diferenciar-se de outros seres vivos, pois ele prevê antecipadamente em seu imaginário as suas mediações de forma consciente.

Já Antunes (2001, p. 142) acrescenta que o trabalho tem, portanto,

quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu *ir-sendo* e em seu *vir-a-ser*, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo.

Por isso, trabalho é considerado aqui uma categoria estruturante que se refere à mediação da atividade humana na construção de tecnologias e da vida social. Enquanto constrói e reconstrói o mundo, o ser humano constrói e reconstrói a si mesmo.

O trabalho, portanto, pode ser entendido como o desempenho de uma tarefa, objetivando-se alcançar um determinado fim, através de alguns “meios” selecionados. Esses meios consistem no próprio processo de trabalho e nas condições para exercê-lo.

Acredita-se que as condições de trabalho interferem na vida do indivíduo, seja em aspectos sociais, culturais, econômicos e/ou políticos, podendo provocar modificações até na saúde do mesmo.

O estudo da Psicopatologia do Trabalho de Dejours (1992) sob diversos ângulos retrata-nos a importância da organização do trabalho na vida social do indivíduo. Cabe, portanto, situar a organização do trabalho dejouriana, compreendendo-a como:

a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida a que ela se deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade, etc. (DEJOURS, 1992, p. 25).

Estas características podem exercer sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Quando a organização do trabalho busca adaptar o funcionário ao seu modelo já determinado, ignorando-o como sujeito e desconsiderando toda uma história individual, seus desejos e expectativas de futuro, tudo isto pode acarretar num sofrimento de natureza mental. Será esta uma realidade vivenciada pelo policial militar?

Diante do atual quadro social em que se vive, torna-se um desafio para os policiais militares exercerem suas atividades num ambiente cultural que lhes exige “ausência de emoções”, “valentia”, “coragem”, ou seja, uma máquina capaz de “sufocar todos os seus conflitos”.

O que se pode esperar deste profissional?

Risco, medo, insegurança são sentimentos que se fazem presentes e preocupam a sociedade no limiar deste século. No Brasil, as desigualdades sociais vêm contribuindo para o aumento da criminalidade e violência e a expectativa da população em relação aos responsáveis pela segurança pública é ainda maior. Por isso, espera-se que os policiais tenham um comportamento ético capaz de assegurar a confiança do povo (BRITO; GOULART, 2005).

Contudo, é importante destacar que pode existir ou não uma lacuna entre a expectativa da população pelo fiel exercício do policial militar em atividade e as possíveis condições de trabalho para exercê-lo. Isso pode acontecer, pois o trabalho, enquanto categoria ontológico-social, possui múltiplas faces e apresenta diferenças na forma como é planejado e na forma como é executado pelos trabalhadores.

Para compreender melhor esta discussão, faz-se necessário analisar as distinções existentes entre trabalho prescrito e o trabalho real, recorrendo a estudos da ergonomia¹.

Daniellou² (et al., 1999 apud GOMES, 2002, p. 47) distingue trabalho prescrito como: “a maneira como o trabalho deve ser executado: o modo de utilizar as ferramentas e as máquinas, o tempo concedido para cada operação, os modos operatórios e as regras a respeitar”. Porém, o trabalho que é executado pelo trabalhador, ou seja, o trabalho real nunca corresponde a este trabalho prescrito. Isto acontece por que na prática, “o trabalhador desenvolve estratégias de execução da tarefa, através dos seus modos operatórios, modificando inúmeras vezes as ordens prescritas do trabalho, buscando realizar da melhor forma, ganhando tempo e espaço”.

No caso dos policiais militares, os mesmos precisam atender ostensivamente as demandas da população, de forma rápida, eficiente e sutil, propiciando um ambiente de segurança e muitas vezes, esforçando-se física e emocionalmente nos intempéries cotidianos.

Os padrões militares exigem o perfeito funcionamento deste trabalho teórico. Contudo, conforme observou-se na pesquisa, a realidade encontrada sobre o trabalho policial indicou que 86% dos pesquisados encontravam dificuldades para exercê-lo, destacando os principais fatores:

- Falta de valorização profissional: 78,9%
- Salário insuficiente: 71,9%

¹ “No sentido etimológico do termo, ergonomia significa estudo das leis do trabalho”. (GOMES, 2002, p. 18)

² DANIELLOU, F., LAVILLE, A. e TEIGER, C., 1999. Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. n. 17- outubro, novembro, dezembro.

- Veículo de trabalho em condição precária: 70,1%
- Escala de serviço (extensa): 59,6%
- Trabalho noturno (perder noites de sono): 52,6%

Entre estas problemáticas, os pesquisados ainda pontuaram em menor escala as seguintes questões: falta de equipamento de uso individual e coletivo; fardamento (neste item, o Estado deveria fornecer aos policiais e, segundo eles, isto não vem acontecendo e os mesmos acabam tendo que adquiri-lo com seus próprios recursos); relacionamento com os superiores hierárquicos; o fato de correrem risco de vida; cursos de formação inadequados; interferência da mídia; relacionamento com colegas de trabalho e a população; trabalho “extra” não remunerado; ausência de plano de saúde... Em sua grande maioria, os problemas estão relacionados à organização e às condições de trabalho, demonstrando as divergências existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho real do policial.

Gomes (2002, p. 48) salienta que “as diferenças entre o trabalho real e o prescrito acarretam, além da própria execução, uma série de conseqüências aos trabalhadores, que podem ser mentais, físicas, psíquicas e sociais”.

Esta afirmativa da autora pode estar relacionada ao grau de satisfação dos pesquisados em relação ao trabalho que exerciam, ou seja, apenas 14% estavam satisfeitos, 49,2% responderam estar pouco satisfeitos, enquanto 36,8% estavam insatisfeitos. Suas justificativas foram claras:

Trabalho sempre cansado, pois a carga horária não ajuda, por isso coloco a minha vida em risco a todo o momento e fico sem condições de dar o melhor de mim para a sociedade.

Não temos uma remuneração digna, não temos condições de trabalho, as punições são arbitrarias, não recebemos fardamento, não temos plano de saúde...

O policial militar hoje em dia não tem valor algum.

O militarismo desgasta o ser humano psicológica e fisicamente, uma vez que não se respeita o valor do homem.

Diante destas declarações, ficou evidente o sentimento de desvalorização que transita no cotidiano profissional e atinge diretamente os policiais que sofrem na pele a realidade de seu trabalho. Paralelamente encontram-se também queixas referentes às escalas de trabalho “apertadas” com poucos momentos de folga e à incompatibilidade dos salários:

O policial não tem valorização da sociedade e o salário e a escala sem condições para uma vida social.

Não temos uma escala digna de serviço e não temos o valor que merecemos, tanto pessoal quanto financeiro.

O policial é muito cobrado, trabalha de *extra* na folga para o Estado e não recebe nada em troca.

As situações vivenciadas pelos policiais militares no exercício da profissão configuravam um possível quadro de danos à saúde (como será visto adiante) que se revela em um alto nível de estresse.

Face a todos esses problemas, perguntou-se qual foi o principal motivo que os levaram a escolher a profissão. Os pesquisados prontamente enfatizaram a “estabilidade” proporcionada pelo emprego público, enquanto outros reforçaram o “desemprego” e a “falta de opção”, principalmente na região Norte/Noroeste Fluminense.

Há de se considerar, porém, que um bom número de policiais no momento da escolha da profissão reforçaram o valor heróico e ideológico que atribuíam a mesma, declarando em suas falas:

[...] a vontade de contribuir para uma sociedade melhor e uma polícia melhor, com mais inteligência e menos truculência.

Por se tratar de uma instituição honrosa e digna.

Fazer justiça (dentro da lei).

Admiração pela profissão.

Sobre o tempo de trabalho na PMERJ, 66,7% do universo pesquisado estava entre 6 a 13 anos na profissão. Já 26,3% encontravam-se há menos de 5 anos exercendo o trabalho policial e os que estavam há 14 anos ou mais são apenas 7%.

Conforme já foi explicitado anteriormente, o regime de trabalho constitui um fator relevante na vida dos policiais e, neste estudo, as indicações foram:

Tabela II: Escala de Trabalho no 8º BPM

Escala	%
12 h trabalho por 24 h de folga + 12 h trabalho por 48 h de folga	84,2
24 h trabalho por 48 h de folga	10,4
24 h trabalho por 72 h de folga	1,8
Expediente	1,8
Não respondeu	1,8

Esta escala de trabalho foi considerada pelos policiais como: “extensa”, “excessiva”, “apertada”, “exaustiva” e com poucos horários de folga. De acordo com a pesquisa realizada por Minayo (2005), os militares se queixam do excesso de horas trabalhadas, e segundo a autora:

as longas jornadas de trabalho são responsáveis pelo desgaste físico e mental do policial militar. Apesar de todos os setores sofrerem com o excesso de horas trabalhadas, o setor operacional é o que possui o trabalho mais penoso e desgastante (op cit, 2006, p. 113).

Pelo que se pode observar, o trabalho policial é revestido de características muito peculiares, como: relações inter-pessoais complexas, dificuldades inerentes a atividade laborativa e riscos presentes no serviço de policiamento ostensivo e de repressão ao crime.

Quanto à exposição ao risco, cerca de 93% dos policiais consideraram na pesquisa que ela é constante, enquanto 7% apontaram que seu caráter é eventual, o que pode estar associado

ao fato de que, após o ingresso na Corporação, incorporam um ideal da instituição como parte de sua identidade.

Sobre a noção de risco, cabe lembrar que, etimologicamente, seu significado é “riscare”, ou seja, está relacionada a idéia de ousar. No caso do policial militar, o risco faz

parte da escolha profissional e desempenha um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais [...] Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (MINAYO, 2006, p. 4-5).

Esse risco ocupacional, muitas vezes, pode provocar diversos problemas de saúde para o policial militar, ainda que de forma encoberta. A manifestação de ansiedade e medo está presente na vida destes profissionais.

Em relação ao risco fora do trabalho policial, pouca diferença foi registrada em relação ao elevado risco durante o serviço, onde 98% dos entrevistados destacaram não estarem imunes aos perigos que correm, principalmente quando encontravam-se nos transportes coletivos (33%), nos momentos de lazer (33%), no exercício de outras atividades profissionais (24%). Do total, 10% afirmaram que vivenciam o risco constantemente:

Desde o momento que você é policial, a sua vida é um risco.

Toda a hora, pois uma vez PM, sempre estarei sendo vigiado e visado pelos bandidos.

Em todos os momentos, pois os marginais nos conhecem e nós não os conhecemos.

Para lidar com este sentimento de insegurança constante, o policial utiliza como estratégia, um estilo de vida diferenciado. Sua atividade profissional invade sua vida social e pessoal. A associação da natureza do trabalho com o modo e estilo de vida pode ser constatada no “slogan” do 8º BPM: “O espelho reflete você e você reflete a PMERJ”. Sendo assim, os militares se sentem vigiados em seu viver cotidiano, tanto fora, quanto dentro do batalhão. Neste caso, estes servidores pautam sua vida, tendo como parâmetro, a condição policial.

Apesar do risco vivido pelos policiais, foi constatado que, no que se refere a sua vitimização, 75% indicaram não terem sofrido nenhum tipo de acidente no exercício da profissão. Dos que se envolveram (25%), as principais causas foram: “Acidente de trânsito”; “Perseguição policial”; “Capotamento com a viatura”; “Torção no tornozelo” e “Queda”.

Além do trabalho policial, você exerce outra ocupação remunerada? Esta foi uma das perguntas do questionário, onde 46% dos pesquisados responderam que sim e destes, a grande maioria realizava o trabalho de “segurança particular” nos horários de folga, além daqueles que informaram executar “serviços extras”, nas seguintes funções: “representante comercial”, “pintor, pedreiro, carpinteiro, bombeiro, eletricista”, “aluguel de som”, “comerciário”... Suas justificativas para tal realidade foram:

Para aumentar a renda, em busca de melhor qualidade de vida.

Por que o salário é insuficiente para criar dois filhos.

Se eu não fizer segurança, não sobra dinheiro para o lazer familiar.

Seus depoimentos deixavam claro que as condições oferecidas pela polícia militar e sua falta de estrutura podem provocar nos servidores uma notável desmotivação e conseqüente prejuízo no desempenho de suas funções.

A falta do reconhecimento profissional, as exigências impostas pelo militarismo, a diversidade de tarefas a cumprir, o despreparo, os riscos inerentes à profissão, as críticas da imprensa, as cobranças da sociedade, tudo isso somava-se as principais queixas dos policiais, que traduziam sua realidade.

Diante de tais circunstâncias, quando foram questionados a respeito do que significa ser “PM” hoje, algumas de suas respostas manifestavam simplesmente o mais puro estado de desolação:

Uma estatística ou uma peça de reposição.

Sinceramente, hoje ser policial militar é sinônimo de humilhação, pois somos escravizados. Não temos

direito de ir e vir e não temos o valor que merecemos como policial e defensor da ordem pública.

Alvo de bandidos, desvalorizados pela própria corporação, execrado pela imprensa e marginalizado pela sociedade que se esquece que fazemos parte dela também e que só juntos é que vamos mudar toda essa situação.

Humilhação, desvalorização, um prisioneiro na menor cadeia do mundo, a farda.

É ser um herói sem medalha, para lidar com tanta violência que está o nosso Estado, com um miserável salário, sem receber sequer o material que seria obrigação do Estado (farda, coturno, etc...), temos que comprar. Com escalas de serviço extra que não respeitam nossas folgas, temos que ser heróis.

Os militares foram enfáticos no que se refere a sua condição policial e lamentaram as sensações de desprestígio e descontentamento que sentiam aflorar no cotidiano do trabalho.

As insatisfações dos policiais provêm de outros sentimentos, como sentir-se: *robotizado*; indignado (através de contato forçado com uma tarefa desinteressante); inutilizado (falta de qualificação e finalidade do trabalho); desqualificado (imagem de si que repercute no trabalho). Todos estes sentimentos também promovem vivências depressivas que geram o cansaço, pois a execução de tarefas sem investimento material e afetivo requer produção de esforço e vontade (contrapondo a motivação e o desejo) (DEJOURS, 1992).

Na realidade, do ponto de vista do trabalhador, para mudar este quadro, faz-se necessário na organização do trabalho, melhores investimentos na capacitação e formação específica em determinadas tarefas para que, conseqüentemente, ocorram possibilidades reais de maior autonomia, controle do próprio trabalho e auto-valorização do mesmo.

Observou-se que este é um dos problemas que precisa ser priorizado na organização do trabalho policial, pois 79% dos militares indicaram que os cursos de formação da PMERJ não os preparam para o exercício das atividades. Cujos principais motivos foram:

Você só aprende a ser policial na rua.

É só o dia-a-dia que ensina o policial militar.

O trabalho na rua é diferente do que é ensinado na PMERJ.

No caso dos policiais militares, os mesmos constroem um saber específico que é próprio do grupo, de caráter subjetivo, consolidando formas inventivas de resolução de conflitos e de superação de limites, explicitando o hiato entre o que é “prescrito” e o que é “real”, conforme mencionamos anteriormente.

Diferentemente da realidade esperada, os policiais também consideraram que os cursos de formação eram “insuficientes” e que o foco de preocupação era o “militarismo”:

Os cursos exploram muito o militarismo e dão pouca atenção para os serviços do dia-a-dia.

Falta treinamento, preparo físico, falta prática de tiro.

Porque falta uma preparação psicológica.

Não oferecem instruções didáticas, técnicas para o trabalho de “rua” do dia-a-dia: noções de direito, ética, senso, psicológico etc.

Como foi possível constatar, inúmeras são as problemáticas nas quais estão envolvidos os policiais militares. Tais situações refletiam diretamente em sua saúde, conforme será observado no item a seguir.

ASPECTOS DE UMA SAÚDE CAMUFLADA

Aqui na polícia, o policial não pode adoecer, somos tratados como máquinas, perdemos noites de sono, uma escala muito apertada.

O serviço é desgastante, tanto fisicamente como psicologicamente.

Sofro de pressão alta, insônia, devido talvez as noites de sono perdidas, ou ainda de tirar serviços extras e segurança.

Dores na coluna e estresse do dia-a-dia no trabalho.

Não vivo doente, porém constantemente indisposto, dolorido e cansado.

Para pesquisadores que realizam estudos sobre a relação saúde e trabalho, especificamente no caso de policiais, verifica-se que o tema vem ocupando aos poucos um lugar de destaque, tanto no âmbito da própria organização policial, quanto nas universidades brasileiras.

Os principais motivos são: a peculiaridade da função policial, que possui inúmeras características evidentemente “perigosas” do ponto de vista da saúde física e psíquica, mediante ao contexto de risco no dia-a-dia; e também ao momento histórico vivido pela sociedade contemporânea, a partir do período de abertura democrática, no qual se coloca em pauta as ações policiais, entre outros assuntos, que antes mantinham em silêncio (AMADOR, 2002, p. 3).

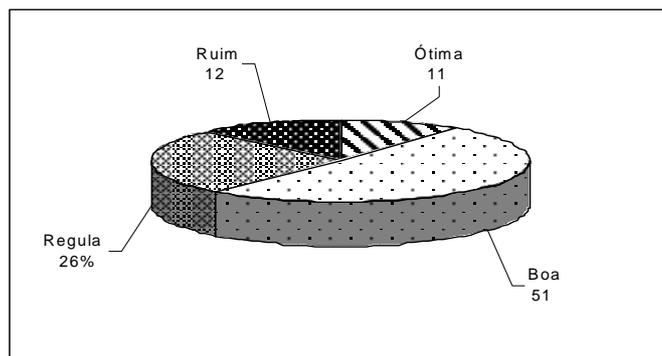
Contudo, quando o objetivo é desenvolver ações neste âmbito (saúde do trabalhador), com destaque para os policiais militares, faz-se necessário apresentar por qual caminho seguir.

Neste caso, utilizou-se a abordagem dejouriana que sugere,

que é preciso aceitar a dimensão do sofrimento humano dos policiais e abordá-la cotidianamente criando um espaço no qual são expressas as fragilidades humanas dos agentes de Segurança Pública (ibid, p. 8).

Tomando como referência esta perspectiva teórica, há de se considerar que não é uma tarefa fácil, principalmente tratando-se da categoria de policiais. Esta afirmativa pode ser confirmada no primeiro dado na pesquisa realizada, onde pode-se visualizar no gráfico que segue a classificação de saúde apontada pelos pesquisados:

Gráfico I: Classificação da Saúde



Mais da metade (62%) dos policiais acreditava estar em boas condições de saúde, sendo possível pensar que esta avaliação, provavelmente está relacionada ao que Amador (2002) ressalta como “construção imaginária de figuras superpoderosas”, ou seja, no ambiente militar o que prevalece é o discurso da virilidade, desconsiderando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais tanto no plano da saúde física como e, sobretudo, da saúde psíquica.

No universo militar estes aspectos simbólicos são cultuados à risca. Pode ser este o motivo pelo qual os pesquisados destacaram que ter saúde para eles, necessariamente, seria “ter boa qualidade de vida” aliada a “uma alimentação balanceada, praticar esportes, cumprir o horário mínimo de sono”.

De certa forma, a prevenção era uma forma de equilíbrio encontrada pelos policiais para evitar o surgimento de doenças, ou pelo menos retardar o seu aparecimento, tanto que a prática de exercícios físicos foi apontada como medida valorizada na preservação da saúde, onde 49% indicou “sim, as vezes” realiza exercícios físicos, outros 14% informou que “sim, sempre”, para 35% não pratica nenhum exercício e 2% não respondeu.

Um outro fator de destaque foi a frequência do consumo de cigarro. Enquanto 84% assumiram que não fumam, somente 7% informaram que o utilizam regularmente, 5% consumiam às vezes e apenas 4% não responderam.

Todavia, o uso de bebida alcoólica é bastante expressivo entre os militares, pois 50,88% informaram que consumiam às vezes

(ocasionalmente), 1,75% utilizavam sempre, enquanto 43,86% responderam que não bebem e 3,51% preferiram não responder.

Sobre o significado da saúde, para um bom número dos pesquisados foi representada sua concepção como “estar bem física, mental e espiritualmente”. Este conceito se aproxima do que é definido pela O.M.S. (Organização Mundial de Saúde). De certa forma, por ser uma definição simples e clara, tornou-se fácil de ser registrada pela população.

Atualmente, esta definição de saúde vêm sendo criticada por alguns autores³ pelo seu caráter unilateral e ultrapassado, onde os mesmos questionam o real conteúdo deste enfoque, e não, sua facilidade de absorção ‘imatura’ por parte da sociedade (MORAES, 2006, p. 48).

Na perspectiva de Canguilhem é estabelecida uma ruptura com a concepção de saúde vigente no século XIX, citada anteriormente, que entendia saúde como adequação a uma norma e modelo predefinido. Para ele, a saúde passa a expressar diferentes padrões e deixa de se limitar à perspectiva de adaptação. (COELHO; ALMEIDA FILHO, 2002).

Este autor realiza uma reflexão filosófica sobre saúde, em que estabelece uma relação entre dor e prazer, entendendo que o indivíduo perpetua silenciosamente o processo de saúde/doença.

Talvez seja por isso que, quando foi perguntado se os policiais apresentavam algum problema de saúde no atual momento da pesquisa, cerca de 65% responderam que não, 33% que sim e, um percentual de 2% não sabiam, ou seja, o indivíduo consegue interagir e estar inserido em seu ambiente social, familiar, profissional mesmo apresentando alguns problemas de saúde, como por exemplo: “Muitas dores de cabeça e obesidade”, “Estresse”, “A taxa de ácido úrico alterada”, “Dores lombares e insônia”, “Pressão alta” e “Depressão”.

O processo de adoecimento do indivíduo refere-se à redução da “margem de tolerância”, isto significa dizer que, “ser vivo doente está normatizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes” (CANGUILHEM, 1995, p.146).

Neste caso, considerou-se aqui que, o policial militar é o ator protagonista em seu meio em busca de experiências vitais,

³ Ver também em SEGRE, M. & FERRAZ, F. C., 1997.

incluindo a própria doença. No entanto, diante dos problemas de saúde apontados, perguntou-se quais seriam as suas causas:

Desconforto de 12 horas sentado na viatura e noites acordadas com intervalos pequenos para descansar.

Noites de sono perdida e alimentação inadequada.

Devido ao tempo de serviço.

Sol, trabalho intenso e Regulamento covarde.

Pressão no trabalho.

Observou-se que as falas dos militares retratavam a interferência da organização do trabalho na saúde do mesmo, principalmente no que se refere ao “trabalho noturno”. Sobre este assunto, Moreno et al. (2003, p.35), salientam que “a organização temporal do trabalho em turnos e noturno causa importantes impactos no bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores”. Além desses, há outros inúmeros fatores de risco presentes no ambiente de trabalho.

A complexidade desta profissão requer habilidades para solucionar de forma equilibrada, desde um parto inesperado às mais diversas situações de flagelos sociais e conflitos interpessoais em qualquer classe social.

Mesmo quando o policial não se envolve em ocorrências de sinistro propriamente dito, vive-se uma incerteza constante expressa em frases tais como “sabe-se a hora que sai de casa, mas não se sabe se voltará”, desvelando-se aí uma vivência desta exposição prolongada a situações que representam perigo vital. Sendo assim, reafirma-se aqui o fato de que a profissão militar, pelas suas peculiaridades, é favorável ao surgimento de transtornos de estresse (NOGUEIRA et al., 1997, p.56).

Tal informação foi constatada em nossa pesquisa, pois 98% dos pesquisados consideravam que o trabalho policial provocava estresse. Conforme visualizamos no quadro a seguir, as principais fontes de estresse foram:

Tabela III: Principais Fontes de Estresse

Especificação	Total Geral	
	Nº	%
Escala de trabalho “extra”	49	85,9
Salário insuficiente	46	80,7
Tipo de Regulamento da PMERJ	36	63,1
Riscos inerentes ao trabalho	31	54,3
Forma de aplicação do Regulamento PMERJ	29	50,8
Falta de recursos (armamento, fardas...)	27	47,3
Falta de reconhecimento profissional	25	43,8
Relação com a chefia e superiores hierárquicos	15	26,3
Hierarquia institucional	14	24,5
Trabalhar em outra atividade paralela	11	19,2
Contato direto com a população	07	12,2
Limite no poder de decisão	07	12,2
Outros	05	8,7

A imposição da escala de trabalho “extra” por parte do Estado, sem gerar acréscimo no salário, implicava diretamente num descontentamento nos policiais e como eles mesmos reforçaram, era a principal fonte de estresse.

Para os entrevistados do DIP (Departamento de Inativos e Pensionistas) a escala de trabalho “extra” também foi considerada um fator estressor. Além disso, foram citadas: a cobrança do regime militar, a hierarquia, os baixos salários, a exposição aos riscos inerentes à profissão como situações que proporcionavam suficiente tensão emocional e eram capazes de induzir a reação de estresse na vida do policial militar.

Em tom de desabafo, um entrevistado do DIP afirmou que o maior problema do estresse era “o ‘extra’, se você não cumprir é punido. Todo trabalhador quando tem extra é remunerado, menos o policial”.

Conforme observado, a maioria dos elementos estressores estavam ligados às condições da organização do trabalho policial e as relações que se estabeleciam entre si. As problemáticas presentes neste contexto eram nocivas à saúde do trabalhador, podendo ocasionar sintomas em seu corpo físico e/ou mental.

No que se refere a licença para tratamento de saúde, 65% dos pesquisados responderam que ainda não precisaram de tal licença, 33% já precisaram e 2% não informaram.

Contatou-se que os principais sintomas daqueles que estiveram de licença médica foram: problemas osteomusculares (fraturas diversas, lesão muscular, artrose, tendinite); viroses (conjuntivite, alergias) e dores (na coluna, no abdômen).

Para evitar o aparecimento de problemas de saúde 58% dos pesquisados tomam algumas atitudes:

Pratico esportes e tento ter uma boa alimentação.

Faço um acompanhamento médico, verificando a saúde com exames pelo menos uma vez ao ano.

Tento evitar tudo aquilo que é prejudicial a saúde, ex. bebida, cigarro, etc.

Há predominantemente uma preocupação dos policiais militares com os aspectos de sua saúde física. Cada um, a seu modo, buscava soluções de acordo com suas possibilidades para preservação de seu bem-estar corporal.

Foi perguntado aos militares: o que você faz nos momentos de folga do trabalho policial? Alguns buscavam um “refúgio de sobrevivência”, ou melhor, assumiam um novo papel, tentando suprir suas necessidades subjetivas/objetivas, ora com a família, ora na realização de “bicos” e/ou trabalhos paralelos, ou também usufruindo momentos de lazer e dedicação aos estudos:

Procuro ficar mais tempo em minha residência, juntamente com a minha família.

Faço faculdade, tiro segurança e tenho poucos momentos de lazer.

Trabalho em outro emprego para complementação de meu salário, e quando sobra tempo, costumo ir a praia.

Com a escala que trabalho, só dá para descansar para trabalhar novamente.

Detectou-se através da pesquisa que a grande maioria dos policiais passavam seu período de folga do trabalho “trabalhando”, ou seja, buscando outros meios para aumentar seus recursos

econômicos, enquanto outros se referiam ao ambiente familiar como refúgio para melhoria de sua qualidade de vida.

Eram fatos reais que se diferenciavam entre si e tornavam-se complexos devido a própria situação das condições de trabalho do policial que interferia na sua vida social e familiar.

A dupla jornada de trabalho, argumentada pelos policiais para suprir o déficit dos baixos salários, ocasionava a seguinte situação: “o PM não tem tempo nem pra ele e nem pra família” (Soldado reformado) e, além disso, sua saúde era afetada, expondo-o a maiores riscos e, possibilitando ao desgaste físico e mental.

Um outro fator importante na organização do trabalho policial é a relação com a hierarquia. Nesta perspectiva, as relações individuais e coletivas sob os efeitos da repressão e hostilidade podem causar frustração, revolta e agressividade, principalmente nos policiais subalternos. Um dos entrevistados do DIP destacou que a hierarquia militar é também um motivo de estresse, onde “muitas vezes, a gente é obrigado a engolir sapo”.

Todas essas questões agrupadas novamente colocam em pauta o problema do estresse, cujo termo possui variadas conceituações na literatura. De maneira geral, caracterizam-no como uma resposta do organismo a determinados estímulos estressores.

Na visão de Couto⁴ (1987 apud MARQUES et al., 2003, p. 7), o estresse pode variar entre “uma simples sensação de desconforto e uma total prostração do corpo e da mente”. Segundo este mesmo autor, os principais sintomas de estresse são: o nervosismo, a ansiedade, a irritabilidade, a fadiga, a angústia, a raiva, a depressão, a dor no estomago, nos músculos do pescoço e ombros e dores no peito quando o indivíduo está sob pressão.

Para Spielberger (1979),

os policiais estão entre os profissionais que mais sofrem de stress decorrente da profissão, pois estão constantemente expostos ao perigo, à agressão e à violência, devendo freqüentemente intervir em situações de problemas humanos de muita tensão. (SPIELBERGER⁵, 1979 apud ROMANO, 2001, p. 196)

⁴ COUTO, H. A. *Stress e qualidade de vida dos executivos*. Rio de Janeiro: COP, 1987.

⁵ SPIELBERGER, C. *Understanding stress and anxiety*. Nova York, Harper & Row Publishers, 1979.

Diante de tais informações, seria interessante que os policiais militares soubessem lidar com seu estresse. Como a habilidade para enfrentar determinadas situações estressantes nem sempre está presente nos indivíduos, seria necessário que os mesmos recebessem orientação profissional, tendo em vista a busca de estratégias para enfrentamento destas questões.

No que diz respeito à estrutura médica oferecida aos militares, 73% dos pesquisados classificaram-na como ruim, enquanto 25% informaram ser regular e 2% deles não responderam.

As justificativas dos policiais para tais classificações foram:

Não há, na maioria das vezes, atendimento, e sim cobrança ou desconfiança dos médicos, achando que você está armando.

Os médicos estão a serviço da polícia e não do policial, e não levam a sério a doença do policial.

Quase sempre o atendimento é feito por um oficial médico da corporação, e o tratamento não é feito de forma médico-paciente, e sim, oficial e seu subordinado.

Visualiza-se que as relações hierárquicas imbricadas neste contexto, na versão dos pesquisados, dificultavam a efetividade plena do atendimento médico, causando insatisfação e descrédito nos policiais atendidos.

Outros problemas cotidianos sobre a assistência médica oferecida pela Corporação foram apresentados:

A polícia não possui um plano de saúde e oferece um atendimento médico limitado e ainda desconta na folha salarial.

O atendimento hospitalar oferecido pela PMERJ é insuficiente, falta médicos para atender.

Falta ampliação e mais especialidades médicas.

Enfim, o que poderia ser feito para melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos policiais militares? Os pesquisados sugeriram algumas propostas onde destacaram:

Uma escala de trabalho decente, de acordo com as normas de saúde do trabalho, um salário digno. Esses seriam os mais imediatos de uma série de muitos, mas os mais importantes são esses, pois com escalas adequadas deixaríamos de adquirir muitos problemas de saúde e passaríamos a dar mais atenção a nossa família e um salário mais equiparado com o grau de risco que nos expomos.

Hospital exclusivo para atendimento de policiais, familiares com profissionais e equipamentos de qualidade.

Ter um salário digno, um plano de saúde, extra remunerado, folga maior para que o policial possa praticar esportes e cuidar de sua saúde.

Ter atendimento em bons hospitais para o titular e toda a família (esposa e filhos). Lazer, uma folga de pelo menos 3 dias, vale alimentação, refeição do quartel mais saudável feita por profissionais de cozinha e não por policiais, como é feito. Melhores instalações no que diz respeito a PPC, alojamentos e DPO's. Assistência médica.

1º: colocar médicos civis, pois os mesmos são mais humanos. 2º: diminuir a carga horária. 3ª: construir uma mini academia no batalhão. 4º: oferecer acompanhamento de psicólogos civis ao policial, porque o policial se sente inseguro de se abrir para um médico oficial.

Em resumo, diante das condições adversas que foram prescritas pelos agentes de segurança pública, salienta-se aqui a importância de que os profissionais da assistência médica e as autoridades gerenciadoras da Corporação e do Governo Estadual promovam uma atenção especial a estes servidores, priorizando a prevenção de agravos à saúde e ao melhor atendimento médico possível para esta categoria profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A íntima relação existente entre as condições de trabalho e a saúde do policial militar tornou-se clara e inegável mediante os resultados apresentados neste estudo.

Falta de reconhecimento profissional, salário insuficiente, veículo de trabalho em condição precária, escala de serviço extensa, trabalho noturno, entre outros, são fatores que demonstram as fragilidades dos militares em consequência da função que exercem.

Um outro fato que foi desvelado refere-se ao alarmante grau de insatisfação dos policiais quanto ao trabalho. Suas principais queixas, além das citadas anteriormente, referem-se a falta de recursos (farda, veículos em condições inadequadas...), os cursos de formação insuficientes e o elevado risco a qual estão expostos, tanto no período do trabalho quanto nos horários de folga.

Este risco vivenciado pelos militares é fato permanente, pois constatou-se na pesquisa que um número considerável de policiais realizam “bicos” nos horários de folga, em especial trabalhando em segurança particular, de pessoas, de patrimônio, alegando “necessidade financeira”, pois o salário do PM é baixo.

Os “bicos” nos horários de folga ocasionavam também uma certa privação do policial militar no que se refere a desfrutar momentos com a família, momentos de lazer e descanso, se expondo a maiores riscos, podendo agravar seu estado de saúde.

O sentimento de desvalorização estava presente em suas falas. “Uma estatística ou uma peça de reposição” esta frase de um pesquisado refletia tal fato que perpetuou em tantas outras respostas sobre o que significa ser policial militar na atualidade.

Todas as insatisfações apresentadas repercutiam diretamente na saúde dos agentes de segurança pública, onde encontramos 98% dos policiais se reconhecendo como “estressados”. Até mesmo aqueles que estão na inatividade revelaram tamanha expressividade deste sintoma na vida do policial.

“A polícia corrói a mente”. “As pressões internas somadas as pressões externas, o PM explode”. “A gente só se livra da polícia quando a gente morre”. Estas falas exemplificavam as seqüelas do trabalho policial na saúde do mesmo, que pode ocorrer a curto, médio ou longo prazo.

Contraditoriamente, boa parte dos pesquisados afirmou estar com a saúde em dia. Porém, alguns destes justificaram: “difícilmente adoço, só a coluna que dói”, “só não é ótima por causa do estresse da profissão”, “por que não tenho doença grave,

apesar do estresse e da pressão alta”. Será que podemos considerar como “boa” a saúde destes policiais?

A preocupação com aspectos preventivos para manutenção da saúde se consolidava com a prática de esportes, busca de uma alimentação saudável e cerceamento ao fumo.

Entretanto, alguns problemas de saúde foram apontados e suas causas estavam diretamente relacionadas às atividades laborativas que exerciam. O trabalho em turnos e noturno, a pressão sofrida, o tempo de serviço... eram fatores que os pesquisados associavam ao seu processo de adoecimento.

Concretamente, o que se pode visualizar foi um quadro que precisa ser transformado. Condições de trabalho insatisfatórias e um perfil de saúde comprometido associados ao alto número de demandas, de dificuldades e de problemáticas do próprio processo de trabalho em análise.

A priori, não se percebe investimentos sólidos que viabilizem uma dedicação satisfatória por parte dos policiais militares. Diante das problemáticas já mencionadas, faz-se necessário uma interferência significativa por parte dos gestores institucionais visando amenizar e/ou solucionar as queixas apresentadas.

No que se refere à saúde, tendo em vista, o alto nível de estresse e desgaste que se submetem, considera-se urgente a efetivação de um centro de assistência psicológica aos policiais, com equipe multidisciplinar, na qual, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, atuariam no foco em questão.

Sabe-se que

o stress é uma realidade que não pode ser totalmente eliminada da vida profissional dos soldados, pois toda situação que exija deles a resolução de conflitos ou a manutenção da ordem, necessariamente, produzirá tensão e stress” (ROMANO, 2001, p. 205).

Entretanto, a ausência de acompanhamento sistemático e de qualidade é de alguma maneira, responsável por vários problemas pessoais e institucionais que poderiam ser evitados. Segundo um entrevistado, “evitaria muito suicídio”.

Uma “melhor assistência médica-hospitalar” ou até mesmo um “plano de saúde decente” que atendesse aos policiais e seus dependentes foram algumas sugestões apresentadas pelos

pesquisados como ações relevantes no âmbito da saúde e qualidade de vida.

Além disso, vale salientar que o regime militar e as dificuldades de relacionamento hierárquico constituem-se hoje, um problema a ser enfrentado, tanto pela forma de tratamento quanto de valorização. Persiste a idéia de distanciamento entre praças e oficiais, pois os primeiros devem cumprir as ordens dos segundos. É necessário “quebrar” estas barreiras históricas, pois,

as corporações, comandadas por hierarquias rígidas e por especialistas, não são mais eficientes, pois tais chefias omitem o sentido do todo, desconhecem o mundo das relações e menosprezam a produção simbólica que tem eficácia sobre a operação cotidiana da missão institucional (MINAYO et al., 2003, p.337).

Atualmente, as instituições de sucesso descobriram que seu maior patrimônio são seus empregados, seus funcionários, seus membros. Para alcançar êxito, uma corporação passa a dedicar maior tempo e espaço em discutir e promover ações que atinjam o desenvolvimento humano dos agentes.

Como bem nos lembra Minayo (et al., 2003, p.337) “é preciso deixar de pensar os policiais como “recurso” e valorizá-los como donos de seu conhecimento, de sua aprendizagem, de sua criatividade, de seu talento e de sua imaginação”.

Este estudo demonstrou que além do policial militar ser um trabalhador em vulnerabilidade, o mesmo carece de atenção tanto no âmbito profissional quanto pessoal, admitindo-se a necessidade de maiores investimentos articulada a propostas de ação estratégicas nestas áreas, a fim de minimizar o esgotamento físico e mental dos agentes da segurança pública.

PESSANHA, J. H. S. A peculiar bale of the public safety agents. *Revista Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 279-305, 2009

- *ABSTRACT: This article has the objective to analyze the results of a research accomplished with military policemen that act in the north area of the State of Rio de Janeiro. It is an investigation, whose purpose was to contemplate about the possible relationship between policeman's work process and his health. The study pointed that the military policemen have countless difficulties to exercise their work, generating a degree of professional dissatisfaction. The consequence of this fact*
Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 279-305, 2009 303

indicates the high stress level related to subjects of the organization and policeman's work conditions.

- **KEYWORDS:** stress. military policeman. health. work.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, F. S. et al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. *Psicologia Cienc. Prof.*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 54-61, set. 2002.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: _____. *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio*. São Paulo: PUC/SP, 1994.
- BRITO, D. P. de; GOULART, I. B. Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. *Psico-USF*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 2005.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- COELHO, M. T. A.; ALMEIDA FILHO, N. de. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.315-333, maio/ago. 2002.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 1992.
- FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Rio Grande do Sul, n. 6, dez. 2006.
- GOMES, L. *Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites*. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.
- 304 *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 279-305, 2009*

MARQUES, A. L. et al. *Qualidade de vida e estresse no trabalho em uma grande corporação de polícia militar*. Disponível em <[http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0147_Iberoamerican-Policia%20Militar\(2003\).pdf](http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0147_Iberoamerican-Policia%20Militar(2003).pdf)> Acesso em: 09 ago. 2006.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, tomo1.

MINAYO, M. C. de S. *Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SENASP, 2006.

_____. et al. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. Saúde e doença como expressão cultural. In: AMÂNCIO FILHO, A. et al. *Saúde, trabalho e formação profissional*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. p. 31-39.

MORAES, C. A. de S. *Trabalho em processo, saúde em questão*. Campos dos Goytacazes, 2006. 62p. Trabalho Final de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2006.

MORENO, C. R. de C.; FISCHER, F. M.; ROTENBERG, L. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 1, p.34-36, 2003.

NOGUEIRA, G. E. G. et al. O estresse e suas implicações no trabalho policial. *Rev. de Psicologia – Saúde Mental e Segurança Pública*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 47-61, jan./dez. 1997.

ROMANO, A. S. P. F. Stress na polícia militar: proposta de um curso de controle do stress. In: LIPP, M. E. N. (org.). *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 195-210.

Artigo recebido em 08/2009. Aprovado em 09/2009.